

O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ENQUANTO PRIORIDADE INSTITUCIONAL: URGÊNCIAS, LIMITES E POSSIBILIDADES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SECONDARY EDUCATION INTEGRATED WITH PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION AS AN INSTITUTIONAL PRIORITY: URGENCIES, LIMITS AND POSSIBILITIES IN THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY

Arthur Rezende da Silva 1

Resumo: Este texto tem como objetivo resenhar a obra organizada por Gaudêncio Frigotto intitulada “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento”, publicada pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2018. A referida obra tematiza a Educação Profissional e Tecnológica a partir da nova institucionalidade advinda da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Pesquisadores foram a campo nos mais diversos campi dos Institutos Federais do Estado do Rio de Janeiro a fim de investigarem um tema desafiador para esta rede, qual seja: o ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.

Palavras-chave: Institutos Federais. Ensino Médio Integrado. Projeto Societário de Desenvolvimento.

Abstract: This text aims to review the work organized by Gaudêncio Frigotto entitled “Federal Institutes of Education, Science and Technology: relationship with integrated secondary education and the societal development project”, published by the Public Policy Laboratory of the State University of Rio de Janeiro in 2018. The aforementioned work focuses on Professional and Technological Education based on the new institutionality arising from law 11,892 of December 29, 2008. Researchers went to the field in the most diverse campuses of the Federal Institutes of the State of Rio de Janeiro in order to investigate a challenging topic for this network, which is: secondary education integrated with professional and technological education.

Keywords: Federal Institutes. Integrated High School. Corporate Development Project.

Introdução

Nos últimos 11 anos, a temática de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) alcançou ainda maior destaque nas produções acadêmicas em decorrência de uma importante política pública implementada: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pela lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa institucionalidade trouxe novos e velhos problemas em decorrência do campo de disputa, que é a EPT no Brasil, história esta marcada pela dualidade entre o “saber fazer” e o “saber pensar”, entre o “trabalho manual”, para os desvalidos de fortuna, e o “trabalho intelectual”, para a elite dominante.

O pesquisador renomado, Gaudêncio Frigotto, professor titular, aposentado, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, atualmente, professor do programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), por meio do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), traz à tona uma obra (FRIGOTTO, 2018) que discute os dilemas e potencialidades do campo da EPT, examinando a vinculação da expansão dos IFs e a relação com o projeto de desenvolvimento a qual se vincula essa expansão.

A metodologia adotada, na obra, efetiva-se por meio de análises de diversos documentos, dentre eles, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI) e relatórios de gestão, além de um trabalho de campo em que houve incursões demoradas, não em todos os casos, mas em alguns, e também reuniões com dirigentes, docentes e técnicos-administrativos, contemplando diferentes regiões, como o estado do Espírito Santo.

O objetivo pela qual versa esta obra é instigante, sendo suficiente para despertar a curiosidade do leitor, pois analisa se o foco dos IFs se direcionou para a consolidação do ensino médio integrado à EPT ou se, em virtude do “status de Universidade”, e da cultura do bacharelado, implicou em ruptura com esse objetivo e finalidade, conforme destaca a lei de criação dessas instituições, no artigo 7º, I, como um de seus objetivos: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008).

Esta obra debruça-se sobre as perspectivas e implicações decorrentes da nova territorialidade dos IFs, que contam, em 2019, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), com 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país, tornando-se uma das políticas de maior capilaridade no interior do Brasil, visto que mais de 80% dessa expansão ocorreu nas cidades interioranas (TCU, 2013). Sendo assim, a obra organizada por Gaudêncio Frigotto tem muita relevância, uma vez que analisa uma política pública de grande porte que é custeada pela população brasileira, e, portanto, essa população necessita de se inteirar sobre tal expansão institucional.

É válido destacar que a obra apresenta duas partes, em que a primeira conta com oito capítulos, em que há análises diretamente relacionada com o objetivo de pesquisa; já a segunda parte conta com sete capítulos, em que foram realizadas análises derivadas ou indiretamente relacionadas. Para aguçar o futuro leitor desta obra organizada por Gaudêncio Frigotto, destacam-se dois capítulos de cada parte, a saber: na primeira parte, os capítulos “A educação do campo no contexto da implantação dos IFs no Estado do Rio de Janeiro”, de Pedro Luiz de Araújo Costa e a “A educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos IFs”, também de Pedro Luiz de Araújo Costa e com coautoria de Ricardo José de Azevedo Marinho; na segunda parte, o capítulo “Entrada dos trabalhadores nos IFs pelos cursos FIC: uma análise sobre a educação dos mais pobres” de Lucília Carvalho da Silva e “Práticas Pedagógicas e ensino integrado” de Gaudêncio Frigotto e Ronaldo Marcos de Lima Araújo.

No capítulo sobre a educação do campo, Pedro Araújo realiza uma pesquisa *in loco* nos campi Pinheiral, do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e em Bom Jesus do Itabapoana, do Instituto Federal Fluminense (IFF), em que houve um diálogo com os gestores locais face às especificidades de uma instituição agrícola. O autor destaca uma importante constatação: que há uma escassez de material documental sobre os referidos campi e que a pesquisa de campo foi fundamental para compreender um pouco mais os entraves da nova institucionalidade,

principalmente, nas estruturas agrícolas.

Já no capítulo sobre a reinstitucionalização dos IFs, Pedro Araujo e Ricardo José fazem um interessante percurso metodológico a partir de notas taquigráficas e pelo diário da Câmara dos Deputados, trazendo os bastidores do poder no que se refere à aprovação da lei de criação dos Institutos Federais. As inúmeras discussões sobre a concepção de “escola técnica” e “universidade” balizaram os discursos a favor e contra à nova institucionalidade, além do ensino médio integrado e da possibilidade de construção de novas escolas técnicas pela União. Um excelente artigo para compreender como ocorrem as “quedas de braço” nos bastidores do poder em Brasília.

Na parte dois, no capítulo de Lucília Carvalho, há uma problematização do acesso da classe trabalhadora pelos cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs) destacando as políticas de EPT como “Mulheres Mil”, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), a “Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (CERTIFIC) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA/FIC).

Já no capítulo relativo às práticas integradas, Gaudêncio Frigotto e Ronaldo Marcos Lima abordam questões sobre o desafiador e complexo currículo do ensino médio integrado à EPT. Os autores não se ocupam de uma didática de “como fazer” o currículo integrado, mas apontam a possibilidade de haver práticas pedagógicas mais adequadas ao projeto de ensino médio integrado. Logo, os autores se recusam a propor uma única forma de integração parte-todo, teoria-prática e ensino técnico-profissional no ensino médio. Há uma ponderação provocativa de que o currículo integrado requer uma atitude docente integradora, orientada pela ideia de práxis.

Considerações Finais

Portanto, a obra em tela não é só recomendada aos sujeitos dos IFs, como docentes, técnicos-administrativos, discentes e gestores, mas a todos os profissionais da educação e pesquisadores que se interessam pelas temáticas como história de EPT, identidade institucional, gestão pública em EPT, escolha de cursos técnicos em um determinado território, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à EPT, verticalização do ensino, e claro, para todos os que se sentem mobilizados e instigados pelo tema da formação do trabalhador, pautada pelo trabalho e pela pesquisa como princípios educativos e também pela formação humana pautada na perspectiva omnilateral e/ou politécnica!

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12 out. 2020

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Rio de Janeiro, 2018. 320 p.

TCU -TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria operacional Fiscalização de orientação centralizada. Rede Federal de Educação Profissional**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/315889946/2606220119?ref=juris-tabs>. Acesso em: 12 out. 2020.